



O TEMPO COMO SER POÉTICO E SAGRADO: UM ESTUDO SOBRE A IDEIA DE ETERNIDADE

Ivânia Cristina Lima Moura¹

RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão sobre o tempo como elemento intrínseco à linguagem poética, destacando sua subjetividade e sua condição de sacralidade, sem perder a importância da abordagem na História. Essa noção abstrata e religiosa é exemplificada com a ideia de tempo na cultura africana. Como embasamento teórico, são utilizadas as obras de Bosi (2000) e Marinho e Martins (2010), com auxílio da semiologia, à luz de Barthes (2003; 2004).

Palavras-Chave: Tempo; História; Poesia; Sagrado.

ABSTRACT

This work proposes a reflection on time as an intrinsic element of poetic language, highlighting its subjectivity and its condition of sacredness, without losing the importance of the approach in History. This abstract and religious notion is exemplified with the idea of time in African culture. As a theoretical basis, the works of Bosi (2000) and Marinho and Martins (2010) are used, with the help of semiology, in the light of Barthes (2003; 2004).

Keywords: Time; History; Poetry; Sacred.

INTRODUÇÃO

O tempo, do ponto de vista da História, é fácil de ser lembrado ou citado. A ele se somam datas, anos, séculos, itens que são favoráveis a situar o leitor ou intérprete num determinado contexto. Num aspecto interdisciplinar, da Filosofia a História se beneficia, ao buscar explicações mais elaboradas sobre o fenômeno, questionando, inclusive, a definição sobre a existência humana.

Neste trabalho, propõe-se a leitura da ideia de *tempo* de maneira mais abstrata, ou seja, o tempo não disposto em calendários ou relógios. Trata-se de um olhar mais subjetivo, por isso foram escolhidos dois exemplos relacionados

¹ Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal da Paraíba (1999) e mestrado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (2007). Conta com experiência na área de Comunicação, atuando principalmente com os seguintes temas: sociedade, cotidiano, mídia, história e literatura. moura.cristina@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/7241956690661301>



à poesia e à religião para analisar de que forma o tempo se manifesta. É lógico que não se deixa de contemplar a História, mas é preciso que seja lembrado que o tratamento interpretativo passará por uma ação subjetivizada.

Para a elaboração deste artigo, foram utilizados os livros *O Ser e o Tempo da Poesia* (Bosi, 2000) e *Iroco: o orixá da árvore e a árvore orixá* (Marinho; Martins, 2010). Foi realizada a análise do conteúdo, de modo a calhar com recentes pesquisas sobre história cultural nas obras de Bourdieu (1992) e Certeau (2014). A obra de Barthes (2003; 2004) é o ancoradouro para a metodologia da análise do discurso das obras escolhidas; análise baseada em operações simples de recortar temas e elencar subtemas, com o objetivo de esclarecer melhor o que foi estudado. Outras leituras foram complementares para a compreensão do tema discutido, como a de Fox (2002) e a música (poema) de Veloso (1979), assim como a de Verger (2018).

REFERENCIAL TEÓRICO

Numa das suas obras mais visitadas, Bosi (2000) enlaça o tempo com a poesia e vice-versa. A poética é, segundo o autor, o sentimento transformado em palavras, as quais ocorrem em determinado tempo *presente* para o autor e para o leitor, seja em que data for realizada a leitura. O tempo passa a ficar dominado pela palavra e contemplado com um *ser*, que ora é o autor ora é o leitor. De todos os ângulos, os dois – ser e tempo – são complementares, não havendo sentido um sem o outro. Noutras palavras, os dois são a própria poesia.

Ao tentar compreender a interpretação de Bosi, ocorrem as perguntas sobre a natureza da fala poética: se esta é um encontro de tempos; se o tempo em que se fala é real, mesmo a poesia não se importando com a noção de realidade; se há um tempo histórico para a poesia. Nesta última ocorrência, há que se lembrar de um tempo inserido no poema e movido por um ser social, dissecado por uma cultura vivida por gerações de leitores. Cada leitor, portanto, é um olhar específico sobre as palavras distribuídas.

Para o autor, cada face de um poliedro já não é mais “se for cortada e separada da figura múltipla e una que ela integra”. Diante disso, é possível



entender que todo tempo é uma substância filosófica para outras explicações. E, assim, contesta a si mesmo o linguista, questionando

o que é um som, vogal ou consoante, desgarrado do signo que é a palavra-feixe de conotações? E o que é a palavra arrancada ao movimento rítmico e melódico da frase? E a frase isolada do texto? E o texto fora do seu contexto? Enfim, o que é um contexto datado quando subtraído à memória e à consciência presente que o interroga e ilumina? (BOSI, 2000, p. 10)

Ao repensar Hegel, procurando esmiuçar o conceito de *beleza*, Bosi oferece a oportunidade de crer que os objetos ou signos – as palavras, neste caso –, podem ser *fantasmas*, carregadas de *pseudoconceitos*. Por outro lado, a liberdade da criação, instalada no ser da poesia, é também o tempo de estar em algum lugar da História. A racionalidade tende a esbarrar na expectativa de cada autor ou leitor, pois pode haver poesia num ser que carrega em si períodos diferentes e maneiras diferentes de agir. Agostinho, no Livro XI, em sua obra *Confissões* (1999), uma problematização sobre o tempo, que não deixa de ser poética. Para ele, na eternidade nada passa, e tudo está no tempo presente, gerando a questão sobre

quem poderá prender o coração do homem, para que pare e veja como a eternidade imóvel determina o futuro e o passado, não sendo ela nem passado nem futuro? Poderá, porventura, a minha mão que escreve explicar isto? Poderá a atividade da minha língua conseguir pela palavra realizar empresa tão grandiosa? (AGOSTINHO, 1999, p. 320)

Para o autor, a eternidade é algo incomparável e se confronta com o tempo, que nunca para. Nesse sentido, pode-se apresentar outro exemplo, que pode também ser pensado dialeticamente: as dimensões míticas de um modelo divinizado. Em algumas regiões da África, o tempo é cultuado, recebendo o nome de *Iroco* (também grafado como *Irôko* ou *Iroko*). É caracterizado, em sua representação vegetal, como uma árvore de mesmo nome (em latim, na designação científica *Clorophora excelsa*). A espécie original só existe em território africano, mas se ramificou por outros locais, ganhando atribuições e nomes diversos. Tempo, neste caso, é um orixá, um ser que representa uma força da



natureza, um elemento que inspira ancestralidade, eternidade, longevidade (Marinho e Martins, 2010).

No Brasil, esse conhecimento foi disseminado por volta dos séculos XVI e XVII, principalmente com os povos banto, jeje e nagô, que foram tratados como escravos, mas encontraram formas de cultuar seus deuses. Dentre as divindades mais cultuadas em solo brasileiro, Tempo guarda seu destaque nos terreiros de candomblé, com sua indumentária e artefatos específicos ou representado na árvore gameleira (*Ficus insipida*), conhecida por ser uma árvore centenária (Marinho e Martins, 2010).

Para os cultuadores de Tempo, esse tipo de manifestação é apenas um traço das raízes africanas, colocadas à tona em diversas experiências coletivas. O imaginário, como parte brotada ou construída do mundo, faz-se ativo como forma de demonstrar as trocas simbólicas (Bourdieu, 1992), que são ressignificadas de acordo com a necessidade das culturas. O culto às árvores, no entanto, não é exclusivo aos africanos, pois essa homenagem remete aos seres *encantados*, desde os druidas ou os elfos da Europa medieval e em algumas comunidades indígenas (Marinho e Martins, 2010).

Segundo a obra de Marinho e Martins (2010), há uma polêmica milenar dentro das interpretações sobre *Iroco*. Para alguns, a árvore é onde *habita* o orixá; para outros, é a própria divindade. A planta sagrada recebe oferendas e inspira os devotos. O orixá da árvore (*Osa Iggí*) é associado ao tempo porque faz a ligação entre o céu e a terra. Com nomes diferentes, mas com feições e propriedades espirituais semelhantes, ramifica-se entre os povos: orixá *Iroco* (iorubás); *Vodum Loco* (fons, do Benim); *Olorokê* (efãs e ijexás); *Inquice Tempo* (bantos) (Op. cit. p. 34).



Figura 1: Ilustração representando o orixá *Tempo* ou *Irôko* (*Iroco*)



Fonte: Pinterest

Figura 2: Representação da divindade *Irôko* (*Iroco*)



Fonte: O Candomblé (site)

As figuras destacadas representam o orixá citado de duas formas, não somente ilustrativas, mas com uma linguagem reverencial. Na primeira, elementos da natureza compõem a simbologia da divindade, com instrumentos associados ao trabalho e à segurança; na segunda, a vestimenta com traços de africanidade e religiosidade, lembrando a forma como o personagem habita seu ambiente de realeza. As representações são associadas a questões religiosas ou



ritualísticas, mas não deixam de enfatizar o cotidiano em que foram criadas, como o objetivo de serem perpetuadas.

Essa ideia de perenidade lembra Bourdieu (1992), ao falar sobre *representação*, como algo que necessita perdurar para marcar seu lugar na História. O conjunto de signos dispostos nas figuras faz coro a um elemento que, na natureza, encerra o conceito de longevidade. Na figura a seguir, um exemplo de representante do Reino Vegetal associado à condição de resistência, alimentado à ideia de perpetuação do tempo assimilado pela sociedade.

Figura 3: Gameleira, árvore ligada à ideia de longevidade



Fonte: Programa Saúde Total (site)

SEMIOLÓGIA COMO SUPORTE ANALÍTICO

A semiologia, ciência que estuda a aplicação dos elementos – nomeados de signos – num discurso, é bem visitada em áreas humanísticas, como Comunicação e Arte. Na História, os estudos crescem, à medida que problematizam a análise discursiva contextualizada. O contexto é, então, o alicerce teórico para que estudiosos das questões semiológicas ou semióticas pensem – e repensem – a importância de determinado discurso para determinado período, para que possam surgir algumas pistas para hipóteses de novos estudos. Foi utilizada a semiologia para tentar compreender a ideia de *tempo* e, de outro modo, realizar esta análise de forma pormenorizada, sem deixar de lembrar que o fenômeno social pode ser *poético* e *sagrado*.



Barthes provoca o leitor para delimitar cada espaço no discurso (2003; 2004). Enunciação, enunciado e significação são os três pilares que explicam o entrelaçamento de signos, a serviço de um recorte temporal. Em breves recortes, foram utilizadas as obras *Elementos de Semiologia* (2003) e *O rumor da língua* (2004). Nos dois estudos, os signos são apresentados em suas variações e especificidades, e tecnicamente trabalhados e exemplificados, com ênfase na Linguística, mas promovendo um diálogo com outras áreas, como a História e a Sociologia.

Para a escrita da História, cada autor se apropria de uma forma específica de contar, ou seja, insinuar a trajetória do que será contado. Trata-se da enunciação, que ganha corpo na autoridade de um código ainda restrito. Não há uniformização em produzir, muito menos de compreender, os elementos discursivos. Não há, portanto, um padrão em se contar um fato que, por sua vez, é signo, mas produz um feixe de outros.

O historiador, na visão de Barthes, é um sujeito *vazio* da enunciação, pois vai se enchendo de informações – ou de conjuntos de signos – para escolher em que tipo de estrada tráfegará com seu discurso, se subjetiva ou objetiva. O historiador, por vezes chamado de narrador, pode também se utilizar de um pronome que, algumas vezes, é colocado como “impessoal”, o pronome *e/e*, mas como se lembrasse de um ator passado e narrador presente. A postura de um imperador, por exemplo, segundo o linguista, obrigaria a acionar no discurso características próprias da ação cotidiana de uma figura política. Apareceriam verbos de ação, sobretudo de feições que podem parecer autoritárias: ordenar; pensar; explicar.

O enunciado requer situações existentes e ocorrentes, como o autor explica, podendo também assumir uma postura de personagem no discurso. Trata-se de algo simples, mas que requer uma análise mais atenta em relação à enunciação. Para que esta ocorra, é necessário um suporte, uma plataforma discursiva. O historiador, nesse caso, usa dos seus referentes para abordar determinado problema.

Barthes cita Michelet, que “descreve o multicolorido dos trajes, a alteração dos brasões”, por exemplo, para explicitar a divisão moral da Idade Média. (BARTHES, p. 173) Mas, existiria uma terceira História, que teria Maquiavel



como ponto de partida para uma compreensão inicial. Seria uma *história reflexiva*, de raciocínios, e de estratégias que foram moldadas segundo a estrutura do discurso, tentando reproduzir a estrutura das escolhas vividas pelos protagonistas.

Em relação à significação, o autor deixa claro que a História começa a adquirir significados quando deixa de se limitar às cronologias. O autor do texto histórico tende a escolher, então, se trilhará o caminho do referente, regulando o discurso, ou o caminho da análise, transplantando o discurso para um patamar de significâncias diversas, a depender do que se quer argumentar em relação ao real.

É justamente sobre esse real que Barthes estuda os efeitos no discurso. Questiona o leitor qual o limite da realidade, ao se deparar com sentidos diversos dispostos num texto que, por sua vez, comporta um autor, um lugar, uma condição específica de produção e o tempo a ser medido como fator fundamental. O autor lança um olhar sobre um termo que ainda não foi estudado sistematicamente: a conotação.

Todavia, o futuro sem dúvida pertence a uma Linguística da conotação, pois a sociedade desenvolve incessantemente, a partir do sistema primeiro que lhe fornece a linguagem humana, sistemas de segundos sentidos e essa elaboração, ora ostentada, ora mascarada, racionalizada, toca muito de perto uma verdadeira Antropologia Histórica. (BARTHES, 2003, p. 96)

Trata-se de um processo de reflexão que requer outras ramificações, em outros trabalhos acadêmicos. É um tema instigante para o pesquisador em História, visto que aponta para o foco do discurso, do trabalho de lidar com signos diversos e destes revelar um sentido para o público-leitor. A partir do momento em que o pesquisador escolhe seu tema, seu recorte temporal, sua perspectiva metodológica, já estaria, segundo Barthes, tomando uma posição como autor. O discurso, então, teria um produtor de significados.

Para que se perceba a dimensão de um discurso tomado de signos, Barthes ensina que podem ser percorridas diferentes tendências, mas o objetivo aparente da mensagem principal deve ser tomado como padrão. A partir disso, o discurso seria imobilizado por instantes – os mesmos dedicados à análise e à



manipulação de outros elementos – e seria tomado um caminho, o mais apropriado, à primeira vista.

Em *Elementos de Semiologia*, o autor, ao citar Jakobson (1969), retoma a questão que divide os discursos em dois tipos: metafórico (que segue a ordem do sistema) e metonímico (que segue a ordem do sintagma). Não cabe enfatizar a fundamentação linguística, mas desta mirar para outro patamar: compreender os dois eixos da linguagem colocados por Barthes, ao citar os estudos de Saussure (1969), que estabeleceu o sistema como uma série de *campos associados*. O sintagma, não é que seja imediato opositor ao sistema, mas é apresentado de forma articulada. No âmbito da metáfora, surgem como exemplos os cantos líricos russos, a pintura surrealista, os símbolos freudianos do sono; no campo da metonímia, as epopeias heroicas, a escola realista, as projeções oníricas. (2003, p. 65).

O autor ensina, portanto, a analisar o signo como um recurso essencial para o campo da História, sabendo que o próprio signo é multiplicador de outros tantos. Para compreender os eixos da linguagem, trabalhados por Barthes, à luz de Saussure, Jakobson, e outros linguistas, faz-se necessário recortar cada discurso. Cada recorte revelará um rol de sintagmas e não deixará de engendrar uma coleção de sistemas. O máximo de fragmentos extraído pelo olhar do leitor ou pesquisador tende a proporcionar uma sensação de finitude, que seria ilusória, segundo o semiólogo. Para ele, o “texto sem fim” é o desafio dos pesquisadores que se dedicam ao amplo universo do signo; a negação à finitude deixa o discurso aberto a novas engrenagens.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a elaboração deste trabalho, foram analisadas obras de autores que, de alguma maneira, problematizaram o que é considerado *tempo* na narrativa histórica, tanto numa categoria cronológica de abordagem quanto num questionamento que enfatiza a construção da ideia de longevidade ou eternidade. A análise iniciou com o olhar de Agostinho (1999), que trata o fenômeno como algo sagrado, em razão da ideia de infinitude. Em seguida, associando a ideia de



tempo como construção subjetiva, próxima à poesia, foi analisada a obra de Bosi (2000).

As duas vertentes emprestadas ao caráter temporal de um discurso, a sacralizada e a poética, impulsionaram a inserção de outros olhares, como a linha de Fox e Frobenius (2002), em se tratando de versões pulverizadas em contos populares e histórias difundidas sobre divindades que habitaram o continente africano. Dentro desse raciocínio, foi extraído o exemplo de uma divindade, chamada de *Iroco* (ou *Iroko*, *Irôko*) ou *Tempo*, esmiuçada na obra de Marinho e Martins (2010), do ponto de vista da religiosidade. Para compreender a ideia de tempo, do ponto de vista antropológico, foi utilizada a obra de Verger (2018), que enfatiza diferentes modos de manifestação de divindades de origem africana.

A canção de Veloso (1979), que trafega num diálogo com o próprio *Tempo*, em forma de oração, serve para ilustrar o que está sendo proposto nesta reflexão. Trata-se de um discurso construído com questões filosóficas ou espiritualistas sobre a ação temporal e intitulado de *Oração ao Tempo*, tocando, assim, no que é concebido como sagrado.

Para refundar o material analisado, foi utilizada a percepção de Bourdieu (1992) sobre o poder simbólico das construções sociais, lembrando cada símbolo como portador de determinadas características de representação. Nessa mesma perspectiva, foi inserida a visão de Certeau (2014), mostrando também que essas formas de representação carregam um discurso, o qual, de diversas maneiras, apresenta-se no cotidiano como base da narrativa, quando construído e problematizado.

A análise do discurso, em relação ao material colhido, foi facilitada pela semiologia, na concepção de Barthes (2003; 2004). A partir da explicação sobre a estrutura da ciência dos signos (2003), outra obra de Barthes (2004) foi importante para compreender a sedimentação da narrativa, planejada com signos específicos, ou seja, com elementos específicos. A semiologia, também nomeada de semiótica, ferramenta usada para analisar as obras que inspiraram este trabalho, foi essencial para que fosse entendida, de forma mais plural, a concepção de *tempo* em cada autor estudado, cada um com sua ideia sobre a função da temporalidade, se poética ou sagrada ou racional e cronológica. A visão de



Saussure (1969) foi utilizada para inserir nessa discussão o caráter linguístico do discurso, que combina os elementos para determinados objetivos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das obras estudadas, auxiliadas pela forma semiológica de compreender aspectos de um discurso, foi analisada a forma como o fenômeno tempo é abordado, de maneiras diferentes. As diferenças, ao que se anunciam como prováveis elementos opostos, são, contudo, complementares, pois tocam no que é proposto neste trabalho, a análise de um fenômeno conhecido como *tempo*, com base em olhares diversos. Dentro dessa diversidade de maneiras de abordar o fenômeno, foram escolhidas duas atribuições para iniciar a discussão, o tempo como ser poético e sagrado.

Com base nos autores pesquisados, essa importância poética está ligada ao tom sagrado. Alguns exemplos foram mostrados e problematizados, para que possam servir de geradores de temas para outras discussões, outros trabalhos. Como se trata de um tema subjetivo, como foi discutido neste artigo, é próprio da subjetividade a ação de ampliar horizontes e dialogar com áreas diferentes. Os próprios temas recortados foram inspiradores para outras temáticas, que podem se desenvolver em outros trabalhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo abre algumas janelas para outras narrativas, sobretudo as que se encontram irmanadas com a ideia de interdisciplinaridade. Trabalhar com pensamentos diferentes tonaliza a forma de entender as interpretações e, desta forma, de pensar na linha da subjetividade, tratando o *tempo* como um fenômeno que pode se desdobrar em poesia e sacralidade. Essa ação subjetiva não deixa de compreender que há no sentido temporal o aspecto prático e racional, abordado com a ideia da cronologia, de algo a depender das regras sociais.

Nesse âmbito interdisciplinar, a compreensão da construção da narrativa da História ganha novas perspectivas. Podem-se observar os contornos gerados



pela ideia de tempo, tanto na linguagem poética ou sagrada – ou ambas –, dentro de cada autor estudado para este trabalho. Veloso, em sua canção que homenageia o tempo, cria uma intimidade poética com o infinito e chama o fenômeno de “Senhor, Deus da existência” e “tambor de todos os ritmos”. O discurso faz lembrar Agostinho, que reforça o sentido do *tempo presente* divinizado.

De outro modo, pode-se constatar, partindo da reflexão sobre os autores estudados, que o discurso se comporta de maneira cíclica, gerando interpretações de formas múltiplas, construindo outros discursos e suas respectivas representações, o que se encaixa no que dizem Bourdieu (2002) e Certeau (2003) sobre o tema. Compreender o questionamento de Bosi, nesse mesmo segmento interpretativo sobre *tempo*, é possível para compreender que cada discurso é construído numa determinada carga de temporalidade. Dessa forma, é possível entender a simbologia que circunda as narrativas mantidas pelos povos africanos, construções que revelam diversos sentidos para a sacralização e para a ideia de infinitude.

Para que todos esses elementos citados, de forma teórica ou ilustrativa, fossem compreendidos para a construção deste artigo, com a intenção de promover uma reflexão interdisciplinar sobre o tema, a utilização da semiologia foi essencial. Entender de forma particularizada os elementos do discurso sobre a ideia de *tempo* pareceu o caminho mais justo chegar ao total da mensagem; além disso, esse entendimento fomentou novos pensamentos, para novos trabalhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

AMORIM, Carlos. **Gameleira**. Disponível em: <https://programasaudental.com.br/plantas_deaaz/ler/gameleira>. Acesso em: 26/04/2023.

BARTHES, Roland. **Elementos de Semiologia**. 15ª ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.



BOSI, Alfredo. **O Ser e o Tempo da Poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: a arte de fazer**. São Paulo: Vozes, 2014.

FOX, Douglas C.; FROBENIUS, Leo. **A gênese africana**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

LIMA, Hei. **Irôko**. Disponível em: <<https://ocandomble.com/os-orixas/iroko/>>. Acesso em: 26/04/2023.

MARINHO, Roberval; MARTINS, Cleo. **Iroco: o orixá da árvore e a árvore orixá**. Rio de Janeiro: Pallas, 2010.

MAYA, Ubi. **Irôko**. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/1829656082415906/>>. Acesso em: 26/04/2023.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, Editora da USP, 1969.

VELOSO, Caetano. **Oração ao Tempo**. Cinema Transcendental. LP. 1979.

VERGER, Pierre Fatumbi. **Orixás – deuses iorubás na África e no Novo Mundo**. Salvador (BA): Editora Fundação Pierre Verger, 2018.